

Histórico

O início da história de nossa Capital data do segundo quartel do século dezesseis, quando a Carta régia de 1º de janeiro de 1534, surpreendendo Vasco Fernandes Coutinho, no seu solar em Alenquer, tornava-o donatário de uma das capitanias na costa brasileira, por considerar o monarca “quanto serviço de Deus e meu proveito, e bem de meus reinos e senhorios, e dos naturais e subditos deles; e ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada, do que té agora foi, assim para se nela haver a de celebrar o culto e officios divinos e se exaltar a nossa santa fé católica com trazer a povoar a ela os naturais da dita terra, infiéis, e idólatras; como por o muito proveito que se seguirá a meus reinos e senhorios, e aos naturais e subditos deles de se a dita terra povoar e aproveitar, houve por bem de a mandar repartir e ordenar em capitanias de certas em certas léguas, para delas prover aquelas pessoas, que me bem parecer; pelo qual e guardando eu os muitos serviços que Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo a el-rei meu senhor e padre, que santa glória haja, e a mim tem feito assim nestes reinos como em Africa, e nas partes da Índia onde serviu em muitas coisas, que se nas ditas partes fizeram, nas quais deu sempre de si mui boa conta; e por folgar de lhe fazer mercê de meu próprio moto, certa ciência, poder real e absoluto, sem mo ele pedir, nem outrem por ele”.

O título régio expendido de Évora fôra registrado a 25 de setembro e reforçado pela Carta régia de 6 e geral de confirmação de 7 de outubro, tudo do ano de 1534.

Reunindo uns sessenta homens, entre fidalgos e criados del Rei, alinhando-se entre aquêles D. Jorge de Meneses e D. Simão do Castelo Branco, “que por mandato de Sua Alteza iam cumprir sua penitências a estas partes e equipada a caravela de quatro mastros com tudo que se fazia necessário à empresa que ia empreender, deixou o fidalgo lusitano a sua Pátria. Navegava rumo ao Ocidente, para se apossar de sua donatária “de cincoentas léguas de terra na dita costa do Brasil, as quais se começarão na parte onde acabaram as cincoentas léguas de que tenha feito mercê a Pedro de Campos Tourinho, correrão para as bandas do sul tanto quanto couber nas ditas cincoentas léguas, entrando nesta Capitania quaisquer ilhas que houver até dez léguas ao mar na fronteira e demarcação destas cincoentas léguas de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quais cincoentas léguas se estenderão e serão de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão, e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista, da qual terra pela sobredita demarcação lhe assim faço doação e mercê de jure e herdade para todo sempre, como dito é”.

Figuravam, portanto, como divisas da capitania, no litoral, o rio Mucuri, ao norte, e o rio Itabapoana, ao sul.

No dia 23 de maio de 1535, domingo, a nau “Glória”, orientando-se pela serra do Mestre Álvaro, que se erguia no horizonte, recortando-se contra o céu, atravessou a barra de nossa baía, ancorando numa pequena enseada situada à esquerda, nas fraldas do morro da Penha, ao norte do morro de João Moreno. Julgaram ser a baía um grande rio. Os colonizadores deram à terra o nome de Espírito Santo, em vista da celebração, naquela data, da festa do Divino Espírito Santo, pela igreja Católica. O desembarque não se fêz com facilidade, pois os aborígenes, em defesa de sua terra, lutaram com ardor, armados de arcos e flechas, atirando suas setas em direção às embarcações. Houve necessidade de fazerem-se troar as duas peças de artilharia que guarneciam a caravela, para que os Goitacazes debandassem, permitindo a posse da terra por Vasco Fernandes Coutinho.

Iniciava-se então o povoamento do solo espírito-santense, com as suas primeiras cabanas e culturas agrícolas e tendo pouco depois a uni-las o vínculo religioso representado “por uma bizarra igreja, que recebia por patrono São João, em memória do monarca reinante”.

Recebera aquele primeiro núcleo de colonização o nome de Vila de Nossa Senhora da Vitória, devoção particular do donatário. Reconhecendo o perigo representado pelos silvícolas, assim como a possibilidade de incursão de piratas, que infestavam as águas do Atlântico, naquela época, Vasco Fernandes Coutinho lançou-se à construção de um forte em local estratégico, situado, mais ou menos, onde se ergue hoje o Quartel de Piratininga.

Animado pelas autorizações contidas na Carta régia de D. João III, que lhe asseguravam direito sôbre tôdas as conquistas levadas a efeito sertão adentro, cuidou logo Vasco Fernandes Coutinho de mandar fazer levantamento nas circunvizinhanças e mesmo no interior.

Arregimentados os colonizadores mais destemidos, êstes, seguindo o caminho líquido que julgavam ser um rio, subiram pela barra, sob a ação hostil dos Goitacazes, descobrindo uma grande ilha que chamaram ilha de Santo Antônio, por ser o dia 13 de junho de 1535. O desembarque se efetuou próximo a uma ilhota que depois se chamou Caleiras ou Caieiras, como é conhecida, até hoje. Êsse local se situa na faixa insular onde se ergue em nossos dias o bairro de Santo Antônio, parcializando-se assim a denominação com que se batizou tôda a ilha, no histórico dia de Santo Antônio do remoto 1535.

Gentílico: capixaba ou vitoriense

Formação Administrativa

Elevado à categoria de vila em 1545.

Elevado à condição de cidade, por decreto de 24-02-1823. Confirmada por carta de lei de 18-03-1823.

Por decreto provincial nº 5, de 16-12-1837, é criado o distrito de Carapina e anexado ao município de Vitória.

Pela resolução provincial nº 9, de 27-08-1846, é criado o distrito de Queimado e anexado ao município de Vitória.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Vitória, Carapina e Queimado.

Pela lei estadual nº 1445, de 10-07-1924, foram criados os distritos de Argolas e Jucu e anexados ao município de Vitória.

Pelo decreto estadual nº 1102, de 27-04-1931, o município de Vitória adquiriu o distrito de Vila Velha desmembrado do extinto município de Espírito Santo.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos Vitória, Argolas, Carapina, Espírito Santo, Jucu, Queimado e Vila Velha.

Pelo decreto estadual nº 5041, de 11-07-1934, of. nº 3034, de 25-11-1943, pelo DEE do Espírito Santo dirigido ao secribge e prot. SG sob o nº 6676, desmembra do município de Vitória os distritos de Espírito Santo, Argola e Jucu, para constituir o novo município de Espírito Santo. Sob o mesmo decreto foi restabelecido o município de Vila Velha.

Em divisão territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 3 distritos: Vitória, Carapina e Queimado.

Pelo decreto-lei estadual nº 15.177, de 31-12-1943, o município de Espírito Santo, foi extinto sendo seu território anexado ao município de Vitória com a denominação de Espírito Santo de Vitória. O mesmo decreto é criado o distrito de Goiabeiras e anexado ao município de Vitória. E, ainda desmembra do município de Vitória os distritos de Carapina e Queimado sendo anexado ao município de Serra.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 4 distritos: Vitória, Argolas, Espírito Santo de Vitória e Goiabeiras.

Por ato das disposições constitucionais transitórias, promulgado em 26-07-1947, desmembra do município de Vitória os distritos de Espírito Santo de Vitória e Argolas, para constituir o novo município de Espírito Santo de Vitória.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Vitória e Goiabeiras.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.